



## ATA DA 133ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CADES

Aos 20/07/2011, sob a coordenação da senhora Helena Magozo, Coordenadora Geral, realizou-se a 133ª Reunião Plenária Ordinária do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CADES, convocada com a seguinte Pauta:

### Expediente

1. Discussão e votação da Ata da 132ª Reunião Plenária Ordinária do CADES.
2. Posse da senhora Ligia Aziz de Moraes Basso como conselheira titular, representante da Secretaria Municipal de Serviços, no CADES.
3. Informe que encontra-se disponível para consulta no CADES, pelo prazo de 45 dias, até o dia 08 de agosto de 2011, **Estudo de Viabilidade Ambiental (EVA) relativo a Implantação de Viaduto e Complexo Viário na Interligação da Avenida Aricanduva com a Avenida Ragueb Chohfi.**
4. Sugestões para inclusão na pauta desta reunião.

### Ordem do dia

1. Exposição sobre **Educação Ambiental e Cultura de Paz** pela Diretora da Universidade aberta do Meio Ambiente e Cultura de Paz –UMAPAZ – Rose Inojosa
2. Apresentação e votação de nova redação do Artigo 13 do Regimento Interno que trata do **Pedido de Vista.**
3. Sugestões para inclusão na pauta das próximas reuniões.

### Anexos:

- Ata da 132ª Reunião Plenária Ordinária do CADES.
- Minuta de Resolução CADES - nova redação do Artigo 13 do Regimento Interno que trata do Pedido de Vista.
- Cópia da alteração do Artigo 24 do Decreto 52.153/2011.



## ATA DA 133ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CADES

**Coordenadora Helena Magozo:** Bom dia a todos e a todas. Vamos dar início à Centésima Trigésima Terceira Reunião Plenária Ordinária do CADES, na UMAPAZ do Parque do Ibirapuera. Hoje, auxiliando na Coordenação da reunião, vamos ter o Chefe de Gabinete da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, o Carlos Fortner. Não temos quorum para deliberação. Então vamos começar cumprindo os outros pontos previstos. Temos algumas faltas justificadas, mas outras não justificadas. Começamos com os pontos que não dependem de quorum. Vamos prosseguir com a reunião. Ponto 2 do Expediente: temos a Senhora Lígia Aziz de Moraes Basso, da Secretaria de Serviços, está assumindo como Conselheira Titular. Seja bem vinda. Temos uma Comissão que trata dos resíduos sólidos, e nós já contamos com a sua colaboração. Informe: encontra-se disponível para consulta no CADES, pelo prazo de quarenta e cinco dias – até o dia 8 de agosto de 2011, o Estudo de Viabilidade Ambiental (EVA), relativo à Implantação de Viaduto e Complexo Viário na Interligação da Avenida Aricanduva com a Avenida Ragueb Chohfi. Sugestões para inclusão na pauta desta reunião, já que não temos, vamos para a Ordem do Dia. Vamos começar com a exposição sobre Educação Ambiental e Cultura de Paz, pela Diretora da Universidade Aberta do Meio Ambiente e Cultura de Paz (UMAPAZ), a Rose Inojosa. A Rose trouxe, para distribuição, um material, e eu já distribuí para quem estava anteriormente. Se alguém não tiver esse material, por favor, pegue aqui na frente, pois temos mais exemplares.

**Cons. Rose Inojosa:** Bom dia. Vou falar um pouco sobre como tem sido desenvolvida a política de Educação Ambiental e Cultura de Paz no Município de São Paulo. Não vou passar todos os slides que os senhores receberam, pois seria algo muito longo, mas eles apenas servirão como roteiro para que possamos desenvolver a apresentação e para que os senhores possam fazer as questões que acharem pertinentes. Na verdade, todos nós nos lembramos de coisas que aprendemos na nossa infância, dos nossos pais, avós ou do grupo social, que foram ensinamentos de Educação Ambiental. Assim, Educação Ambiental é uma parte da educação e, como tal, ela é natural e ocorre na transmissão de valores, informações e modos de vida, desde sempre, na sociedade humana. Mas, a partir de certo momento, ela passa a ser campo de decisões e de ações institucionais na própria sociedade, e também pelo Estado. O Estado sempre se move a partir do movimento da própria sociedade. Então a sociedade coloca na agenda de algum modo do Estado, de algum modo, as suas demandas. Quando a educação ambiental começa a ser objeto institucional, objeto do Estado? Isso é muito recente, na verdade. Se formos olhar a nossa história, veremos que a primeira conferência mundial foi chamada pela ONU em 1972, quando ela cria o PNUMA. Aparece, aí, pela primeira vez uma recomendação sobre Educação e Meio Ambiente. A educação aparece como suporte das mudanças necessárias. Mas o que está acontecendo nesse momento, na década de 70? Nós todos estamos nos dando conta de que há um impacto das ações humanas no meio ambiente, o que está gerando questões de desconfortos em curto, médio e longo prazo. Começamos a conhecer isso e, portanto, passamos a entender que temos de trazer essa questão para a escola, para a sociedade, para a educação formal e não formal, para começarmos a ter transmissão de informações, discussões de valores e, sobretudo, de modos de vida. Porque, no fundo, é disso que estamos tratando. Temos modos de vida que foram construídos no tempo, algumas maneiras de viver se mostram inviáveis, pois estamos consumindo duas vezes mais do que a terra pode repor. Estamos consumindo o passado, o que foi armazenado pelo planeta, como é o caso do petróleo; estamos consumindo o presente com as nossas gerações; e, de algum modo, estamos consumindo também o futuro, já que consumimos além do processo natural de reposição da terra, e isso é o que cria a crise ambiental, fazendo com que tragamos para discussão (para a educação formal e não formal) as questões socioambientais. Como é que vamos mudar nosso meio de vida? O que podemos fazer para reduzir o impacto desse modo de vida? É uma questão relativamente recente. Vocês têm aí, neste documento distribuído, alguns marcos que sinalizaram como isso foi sendo desenvolvido, demonstrando, de fato, como tudo é recente. Aqui no Brasil, em 1997, tivemos a Primeira Conferência Nacional de Educação Ambiental. Em 1993 São Paulo criava a sua Secretaria do Verde e do Meio Ambiente. Do ponto de vista do Município, podemos olhar esse marco (de 93), e que é a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente nascendo com uma Divisão de Educação Ambiental dentro de sua área de planejamento. Mas antes já havia Educação Ambiental, inclusive institucional, no Município. Temos uma Escola de Jardinagem que tem mais de trinta anos, e ela já fazia Educação Ambiental. E



## ATA DA 133ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CADES

temos o Planetário do Ibirapuera que é de 1957. Assim, já havia ações de Educação Ambiental no Município, antes da criação da Secretaria. Mas, no momento em que a Secretaria é institucionalizada, ela recebe uma Divisão de Educação Ambiental e começa a desenvolver um trabalho mais organizado. Além disso, tínhamos trinta e quatro parques na cidade em 2005, sendo que em seis desses parques havia algumas pessoas que faziam pequenas equipes de Educação Ambiental – e cobriam um pedaço da cidade. É claro que, quando se institucionaliza a política, se diz do ponto de vista formal o que o país, naquele momento, entendia por Educação Ambiental. Em 1999 vem a Lei 9.795, versando sobre a Política Nacional de Educação Ambiental como uma política pública. Estou fazendo um paralelo do que está acontecendo na cidade de São Paulo, e o que está acontecendo no país. Essa lei diz: “entende-se por Educação Ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade”. Vimos seguindo as orientações também da Política Nacional de Educação Ambiental como uma política pública. Gostaria apenas de destacar o último marco, que é importante: é a Declaração do Milênio que passa a mostrar a inter-relação entre os diversos fatores e começamos a olhar, realmente, a questão ambiental não só como ambiental, mas como socioambiental. E o Manifesto 2000, que fala de Cultura de Paz como uma questão de convivência, e que explicita, em um de seus itens, a importância de se promover um comportamento de consumo amigável com o meio ambiente. Estamos falando, de novo, de modos de vida e da necessidade de a sociedade se adequar, adequar o seu modo de vida aos limites do que o ambiente proporciona. Em janeiro de 2005 houve uma nova administração na cidade. Ao final desse ano acontece um movimento que envolve sessenta pessoas, metade delas sendo funcionários públicos municipais, e a outra metade pessoas de instituições não governamentais ou de outros níveis de governo. Essas pessoas se juntam para conversar, durante os últimos três meses do ano, sobre o que se poderia acrescentar na educação ambiental em São Paulo. Daí surge a proposta da UMAPAZ, que é Universidade Aberta do Meio Ambiente e da Cultura de Paz. Essa nova instituição não substitui as que estavam já em funcionamento – a Divisão de Educação Ambiental, as pequenas equipes que estavam nos parques, a Escola de Jardinagem, enfim. Ela é mais uma instituição que vem se agregar a essa política de Educação Ambiental Municipal, contribuindo para a educação formal e não formal. É a Universidade concebida como um espaço aberto para pessoas de várias faixas etárias, de várias formações, que tenham o interesse em refletir sobre as questões socioambientais, produzindo propostas, buscando também alcançar públicos multiplicadores, como são os públicos da própria municipalidade, os educadores, o pessoal da Saúde, os funcionários em geral. Então é uma instituição que, ao mesmo tempo, abre as portas para todos os cidadãos, e ainda busca focalizar públicos que são potencialmente multiplicadores. Nesse momento, no final do ano de 2005, este prédio em que estamos fica vago, porque a equipe do EDIF que trabalhava aqui vai para junto da sua Secretaria, e o então o Prefeito Serra atribui este prédio a esse projeto que tinha acabado de receber, que era o projeto da UMAPAZ. Começamos a trabalhar aqui com a equipe de educadores ambientais que já existia no Parque, só que estava em uma sala muito pequena. Então ela vem para cá e começamos a trabalhar aqui em janeiro de 2006. Temos uma primeira conferência aberta a todos, no dia 30 de janeiro, e contamos (para começar esse trabalho) com os técnicos da própria Secretaria. Assim, começamos com um ciclo de palestras sobre Meio Ambiente, chamando só técnicos da Secretaria e abrindo isso para o público. Bem, já falei sobre os nossos propósitos e agora gostaria de falar sobre os elementos orientadores da Comissão da Política de Educação Ambiental: são a “Carta da Terra” e a “Agenda 21”, documentos que saem da Rio 92. A Carta da Terra é um documento ético que dá parâmetros e princípios para que orientemos a ação, e a Agenda 21 é um documento de planejamento. As atividades de Educação Socioambiental da UMAPAZ dividem-se em quatro frentes: a primeira é que são programas de sensibilização abertos para todas as faixas, são inter direcionais e têm rodas de diálogo, conversas e exposições. Esses programas têm o objetivo de despertar interesses, despertar informações sobre Educação Ambiental. A segunda frente abarca programas de formação mesmo. Também são abertos, claro, mas pretendem dar ferramentas. Eles aprofundam questões, as pessoas podem refletir, podem construir juntas, e receber ferramentas de como fazer mudanças no seu modo de vida. A terceira frente é o programa dos multiplicadores que focaliza públicos específicos, como a Saúde e a Educação, os funcionários, e não só dentro do ambiente da estrutura municipal, mas também fora dela. Tivemos, por



## ATA DA 133ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CADES

exemplo, vários cursos seguidos sobre Aquecimento Solar, voltados para engenheiros e arquitetos, para que eles possam multiplicar isso na sociedade. E a quarta frente é a articulação de parcerias. Entendemos que a Prefeitura precisa trabalhar também com parcerias da sociedade, porque temos, na cidade de São Paulo, muitas instituições não governamentais que trabalham com a questão socioambiental. Na medida em que conseguimos trabalhar juntos, capilarizamos a ação, fortalecendo tanto a estrutura municipal como a sociedade, essas instituições da sociedade. Qual seria a nossa abordagem metodológica? Costumamos brincar que trabalhamos com “encantamento e entendimento”. Encantamento porque procuramos trazer estratégias – jogos e danças – ,de modo que as pessoas se disponibilizem para discutir as questões, abram as portas da sua percepção. E entendimento porque temos também o aprofundamento dos temas e o ferramental necessário para fazer as mudanças. Usamos uma metáfora do Rubem Alves em que ele fala da caixa de brinquedos e da caixa de ferramentas. Ambas são igualmente necessárias para que as pessoas se apropriem da vontade de mudar e de ferramentas para a mudança. Passar apenas ferramentas, só do ponto de vista de dizer que “você pode fazer assim e mudar o seu modo de vida”, sabemos que não é suficiente. É preciso mover, realmente, a sensibilidade, a vontade das pessoas para fazer a mudança, porque não é fácil mudar hábitos. E a educação ambiental trata disto, de mudar hábitos e modos de vida. Um aspecto que eu gostaria de destacar, em termos de metodologia, é que temos trabalhado muito com a questão dos conflitos, de mediação de conflitos e de solução pacífica de conflitos. Isso, às vezes, traz algum estranhamento. É importante que lembremos que o campo do socioambiental é um campo de conflitos. Em primeiro lugar porque as nossas ações de hoje refletem muitos anos depois, assim como as do passado estão refletindo em nossas vidas atualmente. Isso cria um conflito entre os nossos desejos de conforto hoje, e as possibilidades de acolher as necessidades no futuro. Isso nos cria um conflito, como as ações do passado que criaram conflitos para nós, no presente. Além disso, é claro que é um espaço social compartilhado, sendo que há uma desigualdade intensa na sociedade refletindo nos conflitos socioambientais, nos interesses dos diferentes grupos. É o que vemos aqui, no CADES, quando discutimos sobre questões que são importantes para a comunidade inteira, mas que são vistas de formas diferentes, conforme os interesses e as possibilidades de vida de cada grupo. Em terceiro lugar porque há, efetivamente, uma crescente escassez, em parte percebida e em parte não percebida. Ainda achamos que a água vai ser infinita, ainda achamos que é possível usar muitos recursos infinitamente, mas, aos poucos, nos damos conta de que isso não é verdade, que essa escassez também impõe limites no nosso modo de vida. E, finalmente, um ponto muito importante, que é o valor simbólico. Atribuímos valores simbólicos diferentes aos recursos naturais. Os vários grupos da sociedade, na sua desigualdade, na sua diferença de poderes, atribui valor simbólico também diferente. Tudo isso cria um campo de conflitos, que pode ser trabalhado mediante o enfrentamento. A luta que nem sempre nos leva a uma solução, mas, pode ser trabalhado de uma forma pacífica, a partir da discussão das questões, como acontece aqui, neste fórum e em outros fóruns, em que as questões são trazidas e as pessoas têm espaço para colocar suas diferentes opiniões, até chegarem a acordos que sempre serão concessões de todos os lados. Para nós, que já temos essa prática, isso talvez seja algo muito claro, mas muitas vezes vemos conflitos na sociedade (e até nos nossos parques, na rua), que vão para a violência, que evoluem para a violência e para o confronto, ao invés de evoluir para um acordo. Por isso damos tanta ênfase à questão da cultura de paz, à questão da mediação de conflitos, porque é um campo de conflito de interesses na sociedade. Agora vou resumir o que temos feito. Tem uma primeira fase em que a UMAPAZ, a Divisão de Educação Ambiental que era do DEAPLA, essas pequenas equipes que estavam no Parque, elas convivem, mas não têm uma articulação institucional. Então, a UMAPAZ que nasce com o exercício de como fazer essa nova abordagem tem um trabalho, de 2006 a 2008, paralelo a essas outras organizações. Não vou repetir o que está no texto, mas isso pode ser visto com mais tranquilidade. São programas que temos até hoje, que começaram nesse momento, como é o Aventura Ambiental atendendo um número muito elevado de pessoas. É interessante porque atendemos muitas crianças e muitos jovens e adultos nesse programa. É um programa que acontece dentro desta Casa e no Parque, e que nasceu em 2006. Temos quase mil pessoas atendidas por mês. Danças circulares que também resgatam danças tradicionais, também ajuda as pessoas a trabalharem juntas de modo lúdico, abrindo, portanto, para a discussão de outras questões ambientais. Em 2007 começamos a focalizar um público, o qual entendemos ser muito importante, que é o público da Saúde.



## ATA DA 133ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CADES

Ele é muito numeroso e, em segundo lugar, encontra o cidadão diretamente nas suas unidades. Privilegiamos, naquele momento de 2007, os Agentes Comunitários da Saúde, do Programa Saúde da Família, porque eles vão até nas casas e encontram as questões ambientais ao vivo e a cores. Temos aqui alguns diretores, hoje, de Educação Ambiental regionais, que foram educadores nesse momento do PAVS. Esse programa foi bastante exitoso, porque acabou sendo acolhido pela própria Secretaria Municipal de Saúde, sendo que hoje é um programa da Secretaria. Ele começou aqui em 2007, com vários parceiros, e hoje é um programa da Secretaria. Neste ano também tivemos um curso à distância para Servidores Municipais, que alcançou 1.700 servidores. Em 2008 começamos a trabalhar com um outro público multiplicador, que é o nosso educador da Rede Municipal da Educação. Multiplicamos a Carta da Terra para todos e começamos, então, um processo de discussão com eles. Foram quarenta e três turmas descentralizadas, com dez encontros em cada turma, para conversarmos sobre os princípios da Carta da Terra e sobre como eles podem ser aplicados na sala de aula e na comunidade escolar. Gostaria de dizer que estamos retomando agora, em 2011, começando em agosto, mais um Carta da Terra nas escolas. Porque, claro, naquele momento alcançamos oitocentos educadores, e agora vamos alcançar outro tanto. Bem, não vou detalhar. Aqui vocês têm um quadro da produção da UMAPAZ neste momento, nesses três anos. Mostramos também como foram evoluindo os programas, como fomos mudando os programas nesses três primeiros anos. E vem, então, 2009, quando já estava madura a proposta de termos, realmente, uma articulação da Política Municipal da Educação, e, ela aflora na lei que reorganiza a Secretaria. Paralelamente ao movimento que a UMAPAZ estava fazendo, a divisão de Educação Ambiental se descentralizou em quatro núcleos: Norte, Sul, Leste e Oeste. Os seus técnicos foram para esses quatro núcleos e começaram a realizar também programas de Educação Ambiental (antes de 2009). Quando chega 2009, essas coisas que estavam sendo descentralizadas, quando a UMAPAZ estava amadurecendo, então esses "pedaços" da Secretaria ganham uma articulação. A UMAPAZ passa à condição de Departamento de Educação Ambiental, fica com a Coordenação da Escola de Jardinagem, dos Planetários, da EMA e da própria divisão de formação, e da divisão de projetos que agregam o Projeto Trilhas e a A3P. Nessa reestruturação, aqueles quatro núcleos que tinham nascido que estavam lá erguendo a sua vida, fazendo a Agenda 21, fazendo uma porção de coisas no local, se multiplicam em dez. Assim temos, ao mesmo tempo, um movimento que estrutura o departamento e estrutura esses núcleos descentralizados em outro departamento, em uma estrutura matricial. Uma estrutura em matriz significa que não tem hierarquia entre elas, piramidal, mas há um relacionamento horizontal. Então temos o Departamento de Educação Ambiental, com suas quatro divisões, e o DGD (o Departamento de Gestão Descentralizada) com seus dez núcleos regionais, passam a compor o quadro da Educação Ambiental no Município. Cada um dos dez DGD's têm, basicamente, três vertentes de atuação. São elas: a questão da arborização, da fiscalização e da educação ambiental. Aqui fala um pouco sobre a Escola de Jardinagem, que é a mais velha, a qual tem muitos projetos importantes para a cidade, como o Projeto Crescer, que trabalha com os jovens, capacitando jovens jardineiros. É um projeto muito exitoso, porque quase todos conseguem emprego. Há uma emergência de "empregos verdes", e eles realmente conseguem se colocar. Temos o curso de Ervas Medicinais, um curso voltado para o pessoal da Saúde, e que está na sua sexta edição. Tal curso lota, tem disputa de vagas, porque essa é uma questão nova também, é polêmica e nós trazemos especialistas das universidades, para que discutam essas questões com profissionais de saúde. E há um programa maravilhoso, que é um programa intersecretarial – os Zeladores de Praça. É um programa que envolve a Secretaria do Trabalho, a Secretaria de Assistência e Promoção Social, as Secretarias das Subprefeituras e a Secretaria do Verde. A Secretaria da Assistência Social e Promoção identificam pessoas que têm, potencialmente, o perfil de Zeladores de Praça, a Secretaria do Trabalho paga a bolsa, nós capacitamos através da nossa Escola de Jardinagem (em que as pessoas saem com o diploma de Jardineiro), e a Secretaria de Administração das Regionais, das Subprefeituras, os aloca nos Parques – temos mil Zeladores de Praça. A segunda divisão do nosso Departamento é a de Astronomia e Astrofísica. Como eu disse, o Planetário é de 57 (o Planetário do Ibirapuera). Ele ficou fechado por seis longos anos. Temos um problema muito sério, pois há muito poucos Planetários no Brasil e em São Paulo, e os equipamentos são todos importados. Cada vez que temos problemas, ficamos muitos anos com eles fechados. O Planetário do Ibirapuera ficou seis anos fechado, temos o Planetário do Carmo que é maravilhoso, mas está fechado também, porque ainda não conseguimos concluir a importação de



## ATA DA 133ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CADES

peças. Primeiro tivemos um problema na parte do prédio, com a construtora que fez o prédio e permitiu infiltrações. Foi uma polêmica, mas finalmente conseguimos resolver a questão do prédio, e agora estamos no processo de importação das peças. São peças muito delicadas, muito caras, e não conseguimos consertar – temos que importar. E tem a EMA, que é a Escola Municipal de Astronomia e Astrofísica. Ela também passou por uma grande reforma e hoje tem uma programação bastante intensa. A A3P, que muitos de vocês conhecem, é a Agenda Ambiental da Administração Pública. Há cinco anos ela vem sendo desenvolvida e nós já conseguimos envolver vinte e nove Subprefeituras, Secretarias e Unidades Básicas de Saúde, escolas para fazer mudanças no seu cotidiano. Começamos aqui, na divisão de formação, um programa de formação de agentes socioambientais urbanos, chamado “Carta da Terra em Ação”, que também já está na sua sexta turma, visando formar pessoas capazes de fazer mudanças locais. Não vou falar de cada curso, não seria o caso, mas, destacamos alguns só para vocês entenderem como tem sido essa conversa. Porque a UMAPAZ não faz apenas os programas aqui, mas ainda faz programas aliada com os DGDs, com os Parques e, muitas vezes, com escolas que pedem, jogos cooperativos e etc. Em 2009 também começamos uma coisa importante, que foi o edital FEMA, aprovado por vocês, chamando organizações não governamentais para fazer projetos de educação ambiental na cidade. Primeiro tivemos o Edital número 5, dele resultando esse conjunto de convênios, sendo oito na Zona Sul, três na Zona Norte, dois na Zona Leste e dois na Centro-Oeste neste momento (em 2009). Aqui nós temos um balanço desse primeiro ano de trabalho conjunto. No outro balanço vocês verão que eu só coloquei a UMAPAZ. Esse balanço já é do primeiro ano de trabalho conjunto, articulado. Então nós temos as divisões da UMAPAZ e teremos também os DGDs. Esse aumento de número de pessoas parece... “Como vocês pularam de vinte mil para duzentos?”. Não, é porque o Planetário, cada sessão que ele faz acolhe trezentas pessoas, então precisamos relativizar isso. Em 2010 essa ação local foi ampliada com um novo edital do FEMA, dessa vez nós tivemos muito mais organizações não governamentais apresentando projetos. Desses projetos, sessenta e um foram aprovados e já estão sendo realizados convênios com trinta. Nesse ano de 2010, também, a novidade foi um convênio que conseguimos com a UNESP, para fazer um curso de especialização. Terminando esse ano já estávamos formando duas turmas de cinquenta alunos cada, que receberam um certificado de especialização em Ecologia, Arte e Sustentabilidade, realizado inteiramente aqui na UMAPAZ, em parceria com a UNESP. Avançamos na capacitação de mediadores de conflito também. Este aqui é o balanço de 2010. Aqui mostramos como é que estão hoje os projetos das Organizações Não Governamentais – colocamos aqui os que estão sendo realizados. Temos três na Zona Norte, doze na Zona Sul, nove na Zona Leste e oito na Centro-Oeste. Esses estão em andamento, e outros ainda serão conveniados. E sempre estamos acrescentando novos programas. Quem não recebe e quiser receber, ou conhecer os boletins, temos um boletim informativo por mês que dá conta (em detalhes) de todos os programas que oferecemos, tanto aqui na Casa, como descentralizadamente, nos Parques e junto com os DGDs. E vamos abrindo frente, conforme recebemos estímulo dos nossos alunos. Uma questão que está sendo abordada fortemente, hoje, é a questão da alimentação, pelo impacto que ela tem no meio ambiente e na saúde das pessoas. Então há um interesse muito grande. Começou lá atrás, naquela campanha que talvez vocês se lembrem, a Segunda sem Carne. Não é um programa que prega o “Vegetarianismo”, mas que trabalha o impacto da nossa alimentação no meio ambiente, a questão do desperdício, a questão de comer melhor para ser mais saudável pessoalmente. E estamos com a perspectiva muito interessante, ainda neste ano, de começarmos a trabalhar em parceria com a Secretaria do Abastecimento, que fez uma Escola de Alimentação aqui perto. Assim, vamos ter um dia – que é a segunda-feira – em que a UMAPAZ vai se responsabilizar pelos cursos. A mediação de conflitos, como falei, é uma meta do Prefeito termos mil mediadores até 2012 e quatro Casas de Mediação. Estamos trabalhando nisso com os cursos da UMAPAZ e ainda há um processo de contratação, por licitação, de mais cursos para que possamos descentralizar mais. Fizemos também, ao longo desses anos, várias exposições. As exposições é uma forma de sensibilizar. Muitas pessoas que não têm tempo, ou que ainda não têm interesse em fazer um curso, vêm conhecer a exposição, vêm visitar a exposição – talvez elas se movam com isso. Todo ano temos exposições. Neste ano estamos com o “Somos Terra”, e eu vou distribuir o livro para vocês. É uma parceria também, sendo que já temos mais de duas mil crianças atendidas. Elas têm vindo em grupos. Essa exposição estará disponível até o final de agosto, e está aberta de terça a domingo. Em 2011, (estamos aqui no meio do ano) até



## ATA DA 133ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CADES

agora temos um atendimento de noventa e duas mil pessoas. Contamos uma vez cada pessoa que se inscreve, tanto para os cursos e programas, como as pessoas que vão à divisão de Planetários e aos DGDs. Aqui mostramos apenas uma divisão de horas. Temos, neste primeiro semestre, quase cinco mil horas de trabalho oferecidas para essas noventa e duas mil, quinhentos e oitenta e oito pessoas. O gráfico mostra que estamos crescendo. Deve ter uma “quebrinha” neste mês de julho, por conta das férias. Para concluir, como sabemos que estamos indo para algum lugar, e que isso é bom? Educação não é algo em que consigamos ter uma avaliação em curto prazo. Em todos os cursos fazemos uma avaliação de satisfação – se a pessoa gostou do curso, se sugere alguma mudança, o que ela achou do conteúdo e dos professores, enfim, o que ela achou da infraestrutura? Temos uma pastinha para cada curso, e essas avaliações estão lá. Elas servem para que possamos adequar a nossa programação, mas não são o resultado. Não posso saber, daí, se as pessoas mudaram. Posso saber se elas gostaram do curso, ou se devo ajustá-lo de alguma forma, mas não sei se isso, realmente, teve impacto na vida das pessoas, na mudança de hábitos, que é o que nos interessa. Quando recebemos o retorno, às vezes depois de muito tempo, as pessoas nos escrevem e mandam e-mail dizendo: “olha, eu mudei”. Isso sinaliza que há, realmente, um impacto, um resultado. E temos recebido manifestações dizendo: “introduzi tal trabalho”. Coloquei aqui um professor dizendo o que ele fez depois do curso que realizou, o que nos deixa muito gratificados. Temos, inclusive, um depoimento que os alunos se organizaram e divulgaram isso no “Youtube”. É algo que nos tranquiliza do ponto de vista de que sim, estamos conseguindo algum resultado. Quanto? Não sabemos. Contamos os números, mas a transformação de cada um, muitas vezes, não se faz em curto prazo. Temos várias formas de informar e divulgar o que temos feito, tanto no site, no Twitter, no Blog. Isso está aberto a todos. Recebemos críticas, recebemos elogios e manifestações das várias pessoas que, de algum modo, entram em contato conosco por meio desses instrumentos ou pelo nosso e-mail. Todo mês temos um boletim da Divisão de Formação, um boletim da Divisão de Astronomia e um boletim da Divisão de Jardinagem, mostrando qual o cardápio que as pessoas podem escolher de cursos. Fiz um rápido resumo e ele fica à disposição de vocês.

**Coordenadora Helena Magozo:** Obrigada, Rose. A sessão está aberta para o posicionamento dos Conselheiros. Vamos começar com o Barbieri.

**Cons. Marco Barbieri:** Bom dia, Carlos, Helena, companheiros. Rose, parabéns pela sua apresentação e, principalmente, pelo seu trabalho. Estamos nos aproximando da “Rio Mais 20”, e você falou no início da ECO 92. Das reuniões que a FIESP tem participado junto ao Itamaraty e ao Ministério do Meio Ambiente na elaboração da “Rio Mais 20”, que tem como foco a inclusão social e a economia verde, temos insistido muito neste ponto da Educação. Achamos que só existirá economia verde efetiva se tivermos uma educação continuada. E é isso o que temos feito nas nossas entidades SESI e SENAI, trabalhando os jovens continuamente na sustentabilidade. É dessa forma que podemos contribuir para esse processo da economia verde. Penso que este trabalho que a UMAPAZ vem desenvolvendo é fantástico. Ele deve ser continuado, incentivado e, com certeza, tem todo o nosso apoio da Federação. Parabéns.

**Coordenadora Helena Magozo:** Mais algum Conselheiro? Iervolino, por favor.

**Cons. Ângelo:** Bom dia a todos. Bom dia Rose, sabemos do trabalho da UMAPAZ, o benefício que ele trouxe, principalmente na questão da educação ambiental (que está faltando muito neste nosso país), mas nós, lideranças – sobretudo ambientais – da Zona Leste, criamos até um movimento em defesa ao Parque do Carmo. Estou até antecipando, mas vamos fazer essa solicitação formalmente ao Secretário, para um melhor aproveitamento do espaço do Planetário enquanto ele não estiver funcionando na sua verdadeira atividade. Seria levarmos cursos da UMAPAZ lá para a Zona Leste, aproveitando que o Planetário está junto a APA e ao Parque do Carmo. Creio que com este conjunto daria para fazermos boas atividades lá. Então é uma reivindicação do pessoal da Zona Leste. Sabemos que, apesar do valor da UMAPAZ, temos muita dificuldade de chegar até aqui, principalmente porque é um local em que não há transporte público. Temos uma linha só, que é muito deficitária. Obrigado e um bom dia para vocês.



## ATA DA 133ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CADES

**Coordenadora Helena Magozo:** Emirene, da Secretaria da Educação.

**Cons. Emirene:** Bom dia. Meu nome é Emirene e eu sou da Secretaria Municipal da Educação. Gostaria de parabenizar a Rose por tudo que ela tem feito aqui, na UMAPAZ. Pelas informações que obtivemos de professores que já fizeram o curso aqui, todos retornam para novos cursos e aplicam nas suas escolas. O curso que foi realizado, da Carta da Terra (em 2007 e 2008), foi um sucesso porque muitos hábitos mudaram entre os professores, que o aplicavam na comunidade escolar. Agora começa, no dia 8 de agosto, um novo curso para novos professores, supervisores, coordenadores pedagógicos que estiverem interessados. Esse curso não tem dispensa de ponto, então o professor que puder comparecer fora do seu período de aula, terá quatro encontros até novembro. Acredito que também será um sucesso, como já foi o outro. Gostaria que a UMAPAZ tivesse condições (pernas e braços) para promover também alguns cursos nos CEUs. São quarenta e cinco CEUs na cidade de São Paulo que atendem a comunidade do entorno e, principalmente, o pessoal da terceira idade, que participa fazendo esportes – caminhadas, ginásticas e natação. Se eles tivessem cursos como esse que a UMAPAZ promove, acho que estaríamos expandindo para a cidade inteira. Seria um novo convívio com a natureza, um novo convívio de paz com todas as pessoas. Muito obrigada.

**Coordenadora Helena Magozo:** Por favor, Marta Amélia.

**Cons. Marta Amélia:** Bom dia a todos. Sou a Marta Amélia, faço parte da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária (ABES São Paulo). Quero colocar dois pontos: primeiro, acho que a Rose falou pouco. Ela nem mencionou sobre Educação Gaia. Quem vem aqui não volta a mesma pessoa – quem passar por algum curso da UMAPAZ. Em segundo lugar, quero fazer um reforço no comentário do Conselheiro Ângelo. Também faço parte do trabalho da Zona Leste e a APA do Carmo é a APA mais antiga do Brasil. O clima da APA do Carmo é o melhor da cidade de São Paulo. Em uma zona de extrema pobreza e enorme população, tudo que pudermos fazer para levar benefício de qualidade de vida e acessibilidade a lazer e educação dentro da APA do Carmo, estaremos fazendo para uma sociedade que tem muito pouco acesso. A APA do Carmo tem o Planetário, como foi falado, mas tudo é muito difícil. E o Planetário nos traz o valor de existência, de vida, que é infindável. É uma interação que, quem participa de uma sessão de um Planetário, seja com o Professor Walmir (acho que nem existe outro), sai com vontade de viver e de mudar a vida. Então, parabéns à UMAPAZ. Rose parabéns.

**Cons. Paulo:** Bom dia a todos Ao nobre Vereador Natalini que está conosco. De início quero agradecer em nome da corporação. Temos, nos cursos que estão se desenvolvendo, vários colegas. Hoje é uma motivação e um incentivo em termos (além do nosso Secretário), do nosso comandante. Tivemos aqui em algumas turmas em que eram mais de 30% dos outros anos, uma delas na sensibilização. Hoje tenho muito a agradecer à UMAPAZ e a toda essa direção, porque nos atenderam em algumas solicitações. Sempre olham o homem uniformizado como se ele fosse um homem sem sensibilidade e sem profissionalismo. Às vezes, desculpem pelo termo, ficam olhando as coisas como se fosse um túnel, e na realidade não é. Temos, no curso de Mediação de Conflitos, uma coisa que incentivamos até antes de a UMAPAZ promover os seus cursos. Já temos aplicado isso, buscando algumas ONGs e organizações que dão esses cursos. Hoje ficamos felizes com uma política dentro da Guarda Civil Metropolitana de Mediação de Conflitos. Temos a proposta de dois mil homens para tal mediação. Com certeza seremos um percentual muito alto aqui, dentro da UMAPAZ, fazendo esse curso. Já temos multiplicadores que saíram daqui, e principalmente o homem de uniforme quando age com sensibilização. Só tenho a agradecer. Obrigado por este investimento, é um investimento que vale a pena, ainda mais para o homem de uniforme em que as pessoas têm a visão somente da arma. Temos um propósito de dois mil homens que estarão se preparando na Mediação de Conflitos. Agradecemos pela sensibilização daqueles que aqui passaram, e que já são agentes multiplicadores da nossa Academia em relação à Mediação de Conflitos e foram alunos daqui. Obrigado mesmo.





## ATA DA 133ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CADES

**Coordenadora Helena Magozo:** Obrigada, Paulo, representante da GCM. Algum Conselheiro quer se manifestar? Quero agradecer a Rose. Rose, por favor.

**Cons. Rose Inojosa:** Em primeiro lugar, muito obrigada. Quero apenas fazer mais algumas observações. Realmente, no "Gaia", do qual nossa amiga falou (a Marta Amélia), nós já formamos quatrocentas pessoas neste curso que tem cento e vinte horas-aula. Foi o primeiro curso maior, em que começamos no ano de 2006 e, em 2010, fizemos a nossa quinta turma. De fato é o curso "carro-chefe" desta Casa. Com relação aos CEUs, que a Emirene lembrou, lá existem muitos trabalhos. Há muitos trabalhos locais que estão sendo feitos pelas divisões de gestão descentralizada. Também vamos até lá. Os CEUs, às vezes, nos chamam diretamente, mas buscamos ir com os nossos parceiros, pois somos um conjunto – a UMAPAZ e os dez núcleos (os dez DGDs). Claro, que as necessidades são, maiores do que os recursos que temos. Acabamos de ter um processo de trabalho em Itaquera, muito interessante, com onze escolas e uma instituição conveniada pelo FEMA. Foi um projeto muito exitoso, em que o Hugo acompanhou. Outra missão foi que eu não dei relevância à GCM, e ela tem sido nosso público multiplicador desde o início. Estão conosco desde o princípio, ou vindo esparsamente nos cursos, ou em coisas feitas em parceria. Então agradeço muito porque tem sido realmente, um público que nos traz questões, tem sido uma troca muito boa, muito obrigada. O Ângelo e a Marta falam do Carmo. Temos os três núcleos da Leste e estamos abertos para fazer coisas em parceria, lá no Carmo, com os nossos DGDs da área. Claro que é um espaço maravilhoso, o Ângelo tem toda a razão (e a Marta também) de falar do Carmo. Muito obrigada a todos pela atenção que deram a esse tema, e eu fico sempre à disposição aqui. Estou aqui todos os dias e ficarei muito contente se puder atendê-los no que quiserem. Obrigada.

**Coordenadora Helena Magozo:** Obrigada, Rose. Então vamos retomar o primeiro ponto do expediente, que é a discussão e votação da ata. Já temos quorum e é por isso que estamos retomando. É a discussão e votação da ata da Centésima Trigésima Segunda Reunião Plenária Ordinária do CADES. Alguma manifestação? Vamos à deliberação. Os Conselheiros que são favoráveis à aprovação da ata, por favor, levantem a mão. **A Ata da 132ª Reunião Plenária Ordinária do CADES está aprovada por unanimidade.** Vamos para o segundo ponto da Ordem do Dia, que é a apresentação e votação de nova redação do Artigo 13 do Regimento Interno, que trata do pedido de vista. Antes disso quero apenas dar uma informação. Quando discutimos o Regimento, saiu uma indicação, uma deliberação de que havia um equívoco na redação do Decreto que tratava, no Artigo 24, da participação de representantes dos Conselheiros nas Câmaras Técnicas. Então estava colocado que os representantes teriam que ser do quadro de funcionários da instituição. Assim, os representantes das ONGs, das entidades privadas sem fins lucrativos, colocaram (com muita procedência) que muitas vezes eles não têm quadro funcional, e que não estaria correto do ponto de vista das entidades que representavam, esta exigência e achamos ser muito razoável. Já promovemos essa mudança. Essa proposta de mudança já foi encaminhada à ATL e então o texto, hoje, do Artigo 24 é assim: "Os Conselheiros das Câmaras Técnicas poderão indicar representantes com atuação comprovada na área de conhecimento relacionada ao tema em análise, e que façam parte do quadro de funcionários da instituição ou a ela sejam vinculados formalmente, para substituí-los nos trabalhos do projeto discutido, devendo permanecer até a elaboração do respectivo relatório final". Já demos conta disso através da mudança no Decreto, que também foi uma decisão deste plenário, de que poderíamos encaminhar para agilizar tal questão e não ter nenhuma dúvida sobre essa possibilidade mais ampla de participação para os dois segmentos – governamental e entidades da sociedade civil. Agora vamos passar para a questão do pedido de vistas. Também foi uma questão colocada pela Conselheira Ros Mari quando discutimos o Regimento. Foi a questão da previsão do pedido de vistas, quando da deliberação de algum projeto, ou seja, quando ocorrer alguma deliberação no CADES. Realmente não tínhamos previsto esse pedido de vistas. O que fizemos? Buscamos, na verdade, um subsídio. Como o CONSEMA (Conselho Estadual de Meio Ambiente) previa essa questão, mandamos para os Conselheiros uma proposta nesse sentido. Depois, na ordem, vou colocar a proposta da Ros Mari, bem como o encaminhamento disso. "São atribuições do Plenário: pedir vistas de processos relativos à matéria constante da Ordem do Dia, desde que devidamente justificada". Exatamente assim está colocado no CONSEMA e depois tivemos uma



## ATA DA 133ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CADES

ponderação que estamos revendo. O pedido de vistas é previsto no Artigo 8. Este pedido será votado pelo Plenário e concedido, se aprovado por maioria simples, podendo ser apresentado somente uma vez. "Após o início da votação da matéria não serão concedidos pedidos de vistas, ou aceitos pedidos de retiradas de pauta. O prazo de vista de processo não poderá exceder vinte dias, e quando houver dois ou mais requerentes, será esse tempo dividido entre eles igualmente. Concedido o pedido de vista e de processo, a apreciação da matéria será transferida para a reunião subsequente. Após a concessão do pedido de vista o Plenário poderá discutir a matéria, sem deliberação". Essa foi a proposta que encaminhamos. Recebemos um posicionamento da Conselheira Ros Mari. Quero passar para você, Ros Mari, para que possamos colocar isso em ordem histórica.

**Cons. Ros Mari:** Eu gostaria de pedir o documento, por favor, Helena. Bem, este ponto já havia sido colocado por mim na reunião passada, e eu acabei tomando a liberdade de pedir à Helena que encaminhasse a todos os Conselheiros – deve ter chegado para os senhores via e-mail – o arrazoado e a justificativa da nossa posição. Nesse arrazoado, sobre o qual não vou me estender, colocamos toda a justificativa de ordem jurídica que permite essa questão de vistas ao processo, que é um direito e faz parte, inclusive, da tradição jurídica do nosso país – de se pedir vistas aos processos em qualquer Colegiado, desde os Tribunais ou qualquer outro Conselho. A Helena deu o exemplo do CONSEMA e eu dou o exemplo do CONAMA, um Conselho que conta, na verdade, com cento e onze Conselheiros, e no qual o pedido de vista é totalmente aprovado. E ele não fica restrito a ser aprovado ou não, segundo o Conselho assim o considere. Neste sentido, encaminhei aos senhores as minhas considerações. Não vou ler o e-mail todo para não tomar o tempo de todos, mas, em primeiro lugar, ressaltar no documento a importância da inserção desse item nesta Minuta que estamos analisando do Regimento Interno do CADES, até porque a minha reflexão se dá no seguinte sentido: o Regimento, assim como qualquer outro instrumento jurídico, é algo que fica. Vamos passar, pois não somos Conselheiros vitalícios – amanhã não estaremos mais aqui –, sejamos representantes do Aparelho de Estado ou da Sociedade Civil Organizada. Assim, o Regimento é uma referência importantíssima para que garanta a democracia do acesso à informação e uma efetiva participação. Quero, então, ressaltar a importância da inserção dessa prerrogativa no Regimento. Tomei a liberdade de discordar do Parágrafo Primeiro da proposta feita pela Secretaria, que vincula o pedido de vista à aprovação do Plenário, considerando que tal pedido é um direito e, portanto, não pode estar condicionado. O pedido tem como objetivo, nada mais e nada menos do que permitir a pessoa que decide um estudo mais apurado de uma determinada questão estar imbuído de uma subjetividade que um outro não pode julgar. Assim, eu proponho a supressão desse parágrafo e pedi que a Helena (que assim o fez e por isso agradeço à Secretaria Executiva do Conselho) encaminhasse, a priori, esse arrazoado aos senhores, bem como as considerações para uma análise, para não decidirmos aqui em cima de um informe feito no próprio dia. Era essa a minha consideração. Pedi que fosse incluído o item, concordando com os demais parágrafos, à exceção do primeiro, dando de fato a liberdade que a tradição jurídica tem, hoje, em nosso país, de que a pessoa faça o pedido de vistas, segundo ao que ela considere mais pertinente. Obrigada.

**Coordenadora Helena Magozo:** Recebi a proposta do posicionamento da Ros Mari. Ela foi encaminhada a todos os Conselheiros, e eu tive a oportunidade de conversar com o Presidente do Conselho, Eduardo Jorge e, consideramos procedente a questão da motivação, a questão da subjetividade. Pensamos, por exemplo, em determinada situação: aqui, no Plenário, ocorre determinada dúvida de um Conselheiro a partir do posicionamento do outro, esse Conselheiro teria, independente do coletivo, toda a prerrogativa de pedir vistas. E o nosso cuidado é sempre também (o que já abordamos) o de não criarmos uma questão da obstrução pela obstrução. Isso porque temos responsabilidade, temos competência aqui, no Conselho, e tal questão é uma consequência dessa nossa decisão, inclusive de, eventualmente, chamarmos uma reunião extraordinária. Quer dizer, seria envolver, ainda mais, os Conselheiros com essa questão do nosso compromisso com os licenciamentos e com todas as responsabilidades que este Conselho tem. Entendemos o mérito, em conversa com o Secretário, e recebemos um posicionamento do Conselheiro Francisco (que representa a Secretaria de Negócios Jurídicos). Eu pediria que ele se posicionasse.



## ATA DA 133ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CADES

**Cons. Francisco:** Na última reunião, quando foi discutida a questão do Regimento, eu já havia me posicionado no sentido de que era correto que o pedido de vistas não passasse por uma apreciação do Conselho. Porque é uma questão subjetiva, ou seja, se a pessoa está com dúvidas, como é que os outros poderão dizer: "não, você está com dúvidas ou não está com dúvidas"? É uma questão muito subjetiva mesmo. Então, a pedido da Helena, fiz uma redação que seria do §2º que, de certa forma, abrange os demais parágrafos. A redação é a seguinte: "O pedido de vistas poderá ser feito por qualquer Conselheiro, por uma única vez, pelo prazo máximo de vinte dias e, quando houver dois ou mais requerentes, será o tempo dividido entre todos igualmente, cabendo à Secretaria do CADES, tomar as medidas administrativas necessárias ao seu cumprimento". Acho que essa redação contempla tanto o problema do pedido de vistas, como o problema da agilização dos trabalhos.

**Coordenadora Helena Magozo:** E aí ficaria como primeiro?

**Conselheiro Francisco:** Nesse §2º... Quer dizer, o §1º cai e essa nova redação seria do §3º.

**Coordenadora Helena Magozo:** Então... O Primeiro cairia.

**Cons. Francisco:** É. E passaria a vir o Segundo, que é este que foi lido, e que englobaria também o Segundo. Depois, o Terceiro e o Quarto também. O Quinto poderia ficar porque acho que não prejudica o Parágrafo Quinto. Seriam dois Parágrafos.

**Coordenadora Helena Magozo:** Está certo. Então, na verdade, seria substituir...

**Cons. Francisco:** O Segundo, o Terceiro e o Quarto também.

**Coordenadora Helena Magozo:** Vou ler de novo para não restar dúvida. "O pedido de vista poderá ser feito por qualquer Conselheiro, por uma única vez, pelo prazo máximo de vinte dias e, quando houver dois ou mais requerentes, será aquele tempo dividido entre todos igualmente, cabendo à Secretaria do CADES tomar as medidas administrativas necessárias ao seu cumprimento". Eu acho que o Quarto mantém, pois não teria coerência – vai ficar para a próxima reunião. É, o Quarto e o Quinto Parágrafos podem se manter. O Primeiro e o Terceiro serão substituídos por este texto que eu li. Então, primeiro quero perguntar o seguinte: os Conselheiros que concordam que, do Primeiro ao Terceiro Parágrafos, seja adotado este texto... Vamos acolher a redação proposta pelo Conselheiro Francisco, motivado pelo posicionamento da Conselheira Ros Mari? Os Conselheiros que forem favoráveis, por favor, levantem a mão. Dezesesseis Conselheiros são favoráveis. Os Conselheiros que são contrários... Abstenções... Uma abstenção do conselheiro José Carlos, você quer falar alguma coisa, José Carlos?  
**Fica aprovada a inclusão do pedido de vista no Regimento Interno do CADES com a redação final:**

*...IX – pedir vista de processos relativos à matéria constante da Ordem do Dia, desde que devidamente justificada.*

*§ 1º - O pedido de vista poderá ser feito por qualquer conselheiro por uma única vez, pelo prazo máximo de 20 (vinte) dias, e quando houver dois ou mais requerentes será aquele tempo dividido entre todos igualmente, cabendo à Secretaria Executiva do CADES tomar as medidas administrativas necessárias ao seu cumprimento.*

*§ 2º - Concedido o pedido de vista de processos, a apreciação da matéria em causa será transferida para a reunião subsequente.*

*§ 3º - Após a concessão do pedido de vista o Plenário poderá discutir a matéria sem deliberação.*

**Coordenadora Helena Magozo:** Há sugestões para inclusão de pauta nas próximas reuniões?



## ATA DA 133ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CADES

**Cons. Ros Mari:** Aproveito a oportunidade, e até aproveitando também a presença do Vereador Natalini, acho que é importante dar este reforço. Pedimos que fossem incluídas, Vereador, na pauta o seguinte: está sendo realizado um estudo de Plano de Drenagem do Município de São Paulo como um todo, pelo Departamento de Hidráulica da Escola Politécnica da USP, trabalho esse contratado pelo Senhor Prefeito e que se encontra em andamento. Como temos, atualmente, na cidade várias operações urbanas e várias intervenções de grande porte sendo aprovadas, inclusive aqui no próprio CADES (com as suas licenças ambientais prévias sendo aprovadas), é fundamental – e creio que a própria Prefeitura se deu conta dessa importância, que tenhamos, com a brevidade que o caso requer, um estudo detalhado da macrodrenagem do Município. E por que isso? Talvez fique até redundante, repetitivo, mas creio que é sempre bom lembrar. Se pegarmos o exemplo da operação urbana consorciada Água Branca, que está em análise pela Câmara Técnica III do CADES, o Estudo de Impacto Ambiental que foi feito em relação a essa operação urbana considerou apenas dois córregos dos cinco existentes no perímetro. Sabemos – e para isso nem é necessário ter grandes informações de ordem técnica – que é muito complicado você fazer uma intervenção a partir do estudo de um diagnóstico isolado de dois córregos, quando você tem toda uma bacia de drenagem funcionando na cidade, que é muito complexa e que vem trazendo problemas bastante sérios à sustentabilidade do próprio espaço urbano. Então pedimos e encaminhamos ao Senhor Secretário uma solicitação para que a equipe que está fazendo esse trabalho na Escola Politécnica venha apresentar, aqui no CADES, em que momento esse estudo se encontra. Imagino que, passado o tempo para que ele foi contratado, penso eu, que neste momento a metodologia, os objetivos e as etapas de trabalho já devam estar sendo cumpridas, e seria interessante que pudéssemos ter uma noção de qual o estado da arte desse trabalho no momento. Um segundo ponto diz respeito à regulamentação, Vereador Natalino, e do Relatório de Impacto de Vizinhança. Isso vem rolando há muito tempo. É uma exigência da Lei Federal, uma exigência do Estatuto da Cidade, e, até agora o nosso Município não fez a regulamentação da questão do impacto de vizinhança. Não vou entrar nesse mérito do por que fez ou do por que não fez (nem para emitir juízos de valor). Mas, enfim, do ponto de vista técnico isso é fundamental, pois essas grandes intervenções que estão sendo feitas no espaço urbano de São Paulo, no território da nossa cidade, exigem que tenhamos um estudo de impacto de vizinhança regulamentado, para que ele se opere da melhor forma possível, não ficando à mercê de uma coisa solta. Por exemplo, aquela grande intervenção da Arena Multiuso Palmeiras na Zona Oeste. Foi feito apenas um relatório de impacto de vizinhança, de um instrumento que não foi regulamentado. E, a partir do trabalho feito é muito difícil, inclusive, você dizer em que medida aquilo foi ao encontro, realmente, do que precisaria estar sendo feito em relação a uma intervenção tão poderosa como aquela, que vai criar um enorme pólo gerador de tráfego, além de problemas sérios na vizinhança. Então é mais do que momento de fazermos isso. Lembro até que, quando entrei no CADES, a própria Secretaria havia feito (Helena, me corrija se eu não estiver correta) uma proposta de texto.

**Coordenadora Helena Magozo:** Não, foi Resolução.

**Cons. Ros Mari:** Resolução desculpe. Aprovamos uma Resolução e aí, se bem me lembro (e consta em ata), a própria Secretaria do Verde encaminhou... Helena, veja se estou correta...

**Coordenadora Helena Magozo:** Que foi anterior a esta gestão, foi na outra gestão do CADES. Hoje está no Setor Jurídico da Secretaria do Desenvolvimento Urbano.

**Cons. Ros Mari:** Isso. Então só me precise, por favor, foi na outra gestão?

**Coordenadora Helena Magozo:** Na outra gestão.

**Cons. Ros Mari:** Que foi no ano...

**Coordenadora Helena Magozo:** Eu não sei dizer, acho que foi em 2005 ou 2006.



## ATA DA 133ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CADES

**Cons. Ros Mari:** Está bem, perfeito. Então vejam: em 2005 ou 2006 foi aprovada uma Resolução aqui, com o texto, que deveria estar circulando nas diferentes Secretarias do aparelho do Estado, não é isso, Helena? Eu me lembro de que consta em ata. E para que essas Secretarias e suas respectivas equipes fizessem suas críticas, sugestões, considerações, enfim. 2005 ou 2006! Nós estamos em 2011. Que seja em 2006, vamos trabalhar com isso. Estamos em 2011 e isso ainda não voltou! Quer dizer, é outro ponto que estamos pedindo, reiteradamente, que seja colocado em discussão. Por último há a questão dos próprios sistemas de controle social. Está ocorrendo... Até quero, aqui, agradecer a Secretaria do CADES, que nos possibilitou a participação em um seminário ocorrido na Controladoria Geral da União (na sede do Ministério da Fazenda em São Paulo), onde foi discutida a questão do controle social. E justamente porque será realizada uma Conferência Nacional sobre Controle Social, precedida de uma Conferência Estadual e de uma Municipal. No caso da Estadual, o nosso Governador, o Geraldo Alckmin, já constituiu a comissão que vai organizar a conferência, e já está até com data marcada – se não me falha a memória, no primeiro semestre do ano que vem. No caso do Município, o nosso Prefeito vai ter que tomar, também, essa iniciativa. Neste sentido é que estamos, inclusive, colocando como outro ponto para ser discutido no CADES, a questão do formato das audiências públicas. Em nosso entendimento, o formato atual deixa muito a desejar, fazendo com que as decisões dessas audiências públicas estejam muito aquém do que deveriam. Ou muitas vezes até, nem gostaria de usar tal expressão inadequada, mas, chega a ser pífio, o que acontece, onde experiências e propostas de extrema complexidade, como operações urbanas e outras intervenções, são apresentadas em cinquenta minutos em “power point” para uma população que não lhe é dada qualificação prévia para que possa entender o que está sendo apresentado. E assim estamos discutindo esta questão de que as audiências públicas, inclusive, teriam de ser temáticas. Vamos pegar, de novo, o caso da Operação Urbana Água Branca. Temos uma operação em que inúmeras variáveis estão em jogo: a questão do patrimônio, a questão da drenagem, da verticalização, dos estoques, da contaminação do solo (por ser uma área problemática), enfim. Isso deveria ser objeto, em uma audiência pública, de discussões temáticas específicas. Seria reunirmos a comunidade para discutir a questão da contaminação no perímetro da operação urbana. Apenas isso já seria motivo para um encontro, desde que fosse apresentado de forma detalhada. Isso valeria para os demais temas. Neste sentido, também achamos que seria muito importante o CADES se debruçar e refletir sobre este ponto. Em que medida essas audiências públicas têm que ter um formato diferenciado, para possibilitar, de fato, (se é que estamos preocupados com isso), uma democracia efetiva na decisão e um controle social efetivo das políticas públicas que estão sendo colocadas em nossa cidade. Só estou querendo reiterar, pois vimos pedindo isso há várias reuniões. Eu me estendi um pouco, e peço desculpas. Mas aproveitando a presença do Vereador Natalino, que está ligado à lei de mudanças climáticas e, portanto, tem tudo a ver com esses pontos sobre os quais estamos discutindo, quero pedir ao Senhor Secretário e à Comissão de Pauta que tão logo possível possamos ter esses temas sendo discutidos em nosso Conselho. Era isso.

**Coordenadora Helena Magozo:** Em relação à questão do Plano de Drenagem, temos tido contato com o Secretário Bucalem. Acho que o Pedro Algodual teve a possibilidade de falar, na outra reunião, que estavam ainda na fase de estabelecimento de termo de referência para a produção, mas estaremos acompanhando isso no momento que for possível – um resultado, a entrega de um produto que dê viabilidade para a Secretaria e os contratados virem aqui para falar e para apresentar. Outra questão: o RIVI se encontra no Setor Jurídico da Secretaria de Desenvolvimento Urbano. Já houve um trâmite nas diferentes Secretarias, mas está lá. E a questão das audiências públicas tem que ser motivo de uma nova reunião, para que discutamos sobre essa questão que você está propondo, e o posicionamento do CADES com respeito a isso. Mas alguma colocação?

**Cons. Olga:** Eu sou a Olga, da Secretaria do Desenvolvimento Urbano e sou Geógrafa. Eu gostaria de fazer um comentário sobre a proposta da Conselheira Ros Mari, com relação a colocar o módulo de audiência na forma temática. Gostaria que pudéssemos discutir com mais tempo e com um maior cuidado sobre tal questão. Todos podiam pensar um pouco nisso, porque penso que a questão do meio ambiente e, em especial, dos procedimentos de licenciamento ambiental, da concessão da licença prévia, é claro que aborda o meio ambiente na sua questão mais complexa. Não dá para discutirmos



## ATA DA 133ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CADES

tematicamente sobre o meio ambiente. Não quero me alongar muito, mas é essa a questão. Acho que o meio ambiente trata de interação de fatores, e nada torna o tema mais claro do que quando não chamamos mais de questão ambiental, mas de questão "socioambiental". Então fica este ponto para que possamos pensar.

**Coordenadora Helena Magozo:** Vamos ter a possibilidade de nos debruçarmos sobre essa questão. Pois não, Vereador Natalino.

**Cons. Natalino:** Em primeiro lugar, bom dia a todos e a todas. É um prazer estar aqui. Quero agradecer muito pela acolhida, e gostaria Ros Mari, me colocar à inteira disposição, não só a você, mas a qualquer outro conselheiro ou conselheira aqui presente ou que participe do CADES, para discutir sobre qualquer assunto que seja de interesse público. Você colocou vários assuntos aí, muito complexos e abrangentes, e que dependem de uma conversa melhor, de um aprofundamento e de articulações políticas amplas – dentro e fora do Governo. Como sempre, eu me coloco à disposição para conversar com você ou com qualquer pessoa que queira falar sobre assuntos de interesse da cidade, sem nenhum problema, fazendo as pontes e colocando os assuntos à Câmara. Vou procurar, aqui, representar a média do conjunto dos Vereadores. Fui delegado pela Mesa da Câmara para vir aqui, e então não posso, evidentemente, trazer apenas uma opinião pessoal. Seria, assim, uma coisa mais coletiva. Mas estou à disposição. Na hora em que quiser, no momento em que quiser e no local que quiser, é só me chamar. Obrigado.

**Coordenadora Helena Magozo:** Obrigada a todos e a todas. Até a próxima reunião.

### **Helena Maria de Campos Magozo**

Coordenadora Geral do CADES  
Secretária Municipal do Verde e do Meio Ambiente

### **Conselheiros Presentes:**

ÂNGELO IERVOLINO	MARIA ANGÉLICA TRAVOLO POPOUCHI
CARLOS ROBERTO FORTNER	MARTA AMÉLIA DE OLIVEIRA CAMPOS
E. EMIRENE NOGUEIRA	OLGA MARIA SOARES E GROSS
FELIPE DE ANDRÉA GOMES	PEDRO LUIZ FERREIRA DA FONSECA
FRANCISCO J. C. RIBEIRO FERREIRA	PAULO ALBERTO FELIPE MAIA
GILBERTO TANOS NATALINI	ROS MARI ZENHA
LIGIA AZIZ DE MORAIS BASSO	ROSE MARIE INOJOSA
HAROLDO DE BARROS FERREIRA PINTO	ROSÉLIA MIKIE IKEDA
MARCO ANTONIO BARBIERI	WALTER PIRES
JOSÉ CARLOS ANDERSEN	

### **Conselheiros com justificativa de ausência:**

ANTONIO ABEL ROCHA DA SILVA / LUIZ FERRUA / MARIA JOSÉ DEVESA DA SILVA / MURILO REPLE  
PENTEADO ROCHA / PÉROLA FEPIPETTE BROCANELI / SUELI RODRIGUES / YARA TOLEDO

### **Coordenadora Geral:**

Helena Maria de Campos Magozo